



CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 05.336.882/0001-84

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Companhia, sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. **3. Principais acontecimentos no exercício:** (a) **Receita Anual Permissão (RAP)** - A RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R\$ 78.634 mil (R\$ 70.415 mil para o ciclo 2021-2022) um aumento aproximado de 11,67%, em comparação com o ciclo anterior, decorrente do reajuste da inflação (IGP-M). (b) **Disponibilidade da linha de transmissão** - A disponibilidade da linha de transmissão no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 100%. (c) **Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos** - Em 27 de maio de 2022 a companhia pagou aos acionistas R\$ 14.785 mil referentes aos dividendos mínimos obrigatórios. Em 27 de maio de 2022 e 10 de agosto de 2022 foram pagos R\$ 14.785 mil e R\$ 11.256 referentes aos dividendos adicionais propostos, conforme determinado na AGO do dia 18 de abril de 2022 e AGE do dia 15 de julho de 2022, respectivamente. (d) **Pagamento de debêntures** - Em 17 de janeiro e 15 de julho de 2022 a Companhia efetuou o 1º (primeiro) e o 2º (segundo) pagamento de principal e juros das debêntures no valor total de R\$ 13.696 mil e R\$ 25.898 mil, respectivamente. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. (a) **Diretoria** - A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **6. Relacionamento com os auditores independentes:** Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2022.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa		124	278
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	82.437	105.655
Concessionárias e permissionárias	10	7.957	7.217
Ativo de contrato	11	35.398	34.135
Impostos e contribuições a recuperar		389	948
Outros ativos		5.628	3.649
Total do ativo circulante		131.933	151.883
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	27.982	16.516
Ativo de contrato	11	182.997	186.103
Total do realizável a longo prazo		210.979	202.619
Imobilizado e Intangível		1.220	1.218
Total do imobilizado + intangível		1.220	1.218
Total do ativo não circulante		212.199	203.837
Total do ativo		344.132	355.719
Fornecedores		718	819
Debêntures	12	32.706	22.191
Impostos e contribuições a recolher	13	2.486	1.471
Pis e Cofins diferidos	14	1.194	1.151
Dividendos a pagar	17 (c)	16.698	14.785
Encargos setoriais		1.924	788
Outros passivos		527	230
Total do passivo circulante		56.253	41.435
Debêntures	12	215.010	231.680
Pis e Cofins diferidos	14	6.422	6.580
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	23.905	23.962
Outros passivos		1.844	2.022
Total do passivo não circulante		247.181	264.244
Total dos passivos		303.434	305.679
Capital social	17 (a)	20.000	20.000
Reserva de lucros	17 (b)	20.698	30.040
Total do patrimônio líquido		40.698	50.040
Total do passivo e patrimônio líquido		344.132	355.719

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 dezembro - (em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	67.587	55.912
Pessoal		(1.081)	(397)
Material		(115)	(56)
Serviços de terceiros	20 (a)	(3.164)	(4.679)
Outros		(587)	(463)
Custos operacionais		(4.947)	(5.595)
Lucro bruto		62.640	50.316
Pessoal		(11)	(10)
Serviços de terceiros	20 (b)	(591)	(1.017)
Outros		(97)	(210)
Despesas operacionais		(699)	(1.237)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		61.941	49.079
Receitas financeiras		11.827	4.208
Despesas financeiras		(34.115)	(20.929)
Resultado financeiro	21	(22.288)	(16.721)
Resultado antes dos impostos		39.653	32.359
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.314)	(2.840)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		57	51
Imposto de renda e contribuição social	22	(6.257)	(2.790)
Lucro líquido do exercício		33.396	29.569
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	18	1,67	1,48

Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 dezembro - (em milhares de Reais)			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	33.396	29.569	
Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangente total do exercício	33.396	29.569	

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 dezembro - (em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		33.396	29.569
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		57	51
- Pis e Cofins diferidos		(116)	(99)
- Juros e correção monetária sobre debêntures		33.438	15.509
- Ativo de contrato - remuneração	11	(32.386)	(32.450)
		34.389	12.580
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		23.217	(73.100)
- Concessionárias e permissionárias		(740)	(1.940)
- Ativo de contrato	11	34.229	32.918
- Impostos e contribuições a recuperar		559	82
- Outros ativos		(2.091)	2.668
- Fornecedores		(101)	(205)
- Impostos e contribuições a recolher		4.153	2.198
- Encargos setoriais		1.136	(430)
- Outros passivos		121	1.800
Caixa (utilizado) gerado pelas atividades operacionais		94.872	(23.430)
Impostos pagos sobre a receita tributável		(3.138)	(1.878)
Debêntures - pagamento de juros 1ª emissão	12	(25.898)	(2.881)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado das atividades operacionais		65.836	(28.188)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(11.466)	5.011
Imobilizado e intangível		(2)	2
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento		(11.468)	5.013
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social	17	-	(56.281)
Debêntures - captação	12	-	250.000
Debêntures - custo de transação	12	-	(5.486)
Debêntures - pagamento de principal	12	(13.696)	(12.506)
Debêntures - resgate antecipado 1ª emissão	12	-	(64.520)
Debêntures - prêmio antecipado 1ª emissão	12	-	(4.643)
Pagamento de dividendos	23	(40.826)	(90.040)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		(54.522)	16.525
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(154)	(6.650)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		278	6.928
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		124	278

Demonstrações do valor adicionado			
Exercícios findos em 31 dezembro - (em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Receitas (1)		73.041	60.433
Remuneração do ativo de contrato	19	56.547	44.527
Operação e manutenção do ativo de contrato	19	16.494	15.905
Insumos adquiridos de terceiros (2)		(5.645)	(6.832)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.870)	(5.752)
Despesas gerais, administrativas e outros		(1.775)	(1.080)
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		67.396	53.601
Depreciação e amortização (4)		2	2
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		67.394	53.599
Valor adicionado recebido em transferência (6)		11.827	4.208
Receitas financeiras	21	11.827	4.208
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		79.221	57.806
Distribuição do valor adicionado		79.221	57.806
Impostos, taxas e contribuições		11.710	7.308
Juros	21	34.115	20.929
Lucros líquido do exercício		33.396	29.569

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux") passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celedo Redes"). Em 31 de dezembro de 2020 a Celedo Redes possuía 100% de participação na Companhia. Em fevereiro de 2021 a Celedo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celedo Redes Expansões S.A. ("Celedo Expansões"). Em 31 de dezembro de 2022 a Celedo Expansões possui 100% de participação na Companhia. **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão nº 84/2002 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo. O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 dezembro - (em milhares de Reais)								
Nota	Capital Social	Legal	Reservas de lucros			Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Dividendo retido	Dividendo adicional	Retenção de lucros			
	76.281	15.256	1.161	19.302	9.608	40.667	-	162.275
Saldo em 31 de dezembro de 2020								
Redução de capital social	17 (a)	(56.281)	-	-	-	-	-	(56.281)
Pagamento de dividendos	17 (c)	-	-	(1.161)	(19.302)	(40.667)	-	(70.738)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	29.569	29.569
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	-	(14.785)	(14.785)
Dividendos adicionais propostos	17 (b)	-	-	-	14.785	-	(14.785)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		20.000	15.256	-	14.785	-	-	50.040
Pagamento de dividendos	17 (b)	-	(11.256)	-	(14.785)	-	-	(28.041)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	33.396	33.396
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	-	(16.698)	(16.698)
Dividendos adicionais propostos	17 (b)	-	-	-	16.698	-	(16.698)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		20.000	4.000	-	16.698	-	-	40.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004. A partir de julho de 2019 (16º ano de operação comercial) a Companhia passou a receber 50% da receita anual permitida do 15º ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão. **1.2 Receita Anual Permissão** - A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 em R\$ 78.634 (R\$ 70.415 para o ciclo 2021-2022) um aumento aproximado de 11,67%, em comparação com o ciclo anterior, decorrente do reajuste da inflação (IGP-M). **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 16 de fevereiro de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 7.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 7.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 7.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Sazonalidade:** A companhia não possui sazonalidade nas suas operações. **7 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **7.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial** - O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** - Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas** - **iv.1 Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA** - Esses ativos são mensurados sub-

sequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros** - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia



CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 05.336.882/0001-84

te a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **7.5 Provisões** - As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **7.6 Provisão para perdas esperadas de créditos** - A Provisão para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui provisão para PEC. **7.7 Receitas e despesas financeiras** - A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos. **9 Títulos e valores mobiliários: Circulante** - A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,61% (100,34% em 2020) do DI com vencimento entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a totalidade dos recursos está aplicado em CDB. **i. Não circulante** - Para fins de garantia da operação da 2ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação as contas denominadas (i) "conta reserva", com saldo no montante necessário para o pagamento da próxima parcela de serviço da dívida e (ii) "conta vinculada", que centraliza a movimentação dos direitos creditórios originados dos "contratos do projeto", relacionados aos contratos de concessão e de prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, todas as contas estão em conformidade ao estipulado nos contratos relacionados às debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a totalidade dos recursos estão aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander, cuja rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos) no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 95% DI (95% em 2021).

	2022	2021
10 Concessionárias e permissionárias		
A vencer	6.542	6.272
De 3 a 12 meses	440	14
Acima de 12 meses	975	931
	7.957	7.217

	2022	2021
11 Ativo de contrato		
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	220.238	220.706
Remuneração do ativo de contrato	32.386	32.450
Recebimentos	(34.229)	(32.918)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	218.395	220.238

	2022	2021
Circulante	35.398	34.135
Não circulante	182.997	186.103
	218.395	220.238

	(a)	(b)
12 Debêntures		
Debêntures	259.039	80.049
Custo de transação	(5.168)	(1.652)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	253.871	78.397
Captação debêntures	-	250.000
Custo de transação	-	(5.486)
Juros	32.936	13.540
Amortização - principal	(13.696)	(12.506)
Amortização - juros	(25.898)	(2.881)
Prêmio antecipado 1ª emissão	-	(4.643)
Resgate antecipado 1ª emissão	-	(64.520)
Amortização - custo de transação	(b) 503	1.970
Debêntures	252.381	259.039
Custo de transação	(4.665)	(5.168)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	247.716	253.871

(a) No dia 11 de novembro de 2011, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 220.000, cujos recursos foram destinados à: (i) liquidação integral do saldo devedor com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (ii) pagamento de dividendos e lucros acumulados; (iii) constituição das contas de garantia; e (iv) contrato de empréstimo com a antiga controladora. Sobre o saldo principal da dívida incidiram juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 7,8% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal eram pagos trimestralmente. O primeiro pagamento foi realizado no dia 11 de fevereiro de 2012 e o último foi realizado 12 de maio de 2021 por meio do resgate antecipado da totalidade das debêntures. (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção da 2ª emissão das debêntures. (c) No dia 15 de julho de 2021, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 250.000, cujos recursos foram destinados à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para o capital de giro da Companhia. A subscrição da emissão ocorreu em 21 de julho de 2021. Sobre o saldo devedor incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescida de spread de 1,70% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento ocorrido em 17 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031. A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo:

	2022	2021
Circulante	32.706	22.191
Não circulante	215.010	231.680
	247.716	253.871

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	18.691
Em 2025	20.448
Em 2026	23.491
A partir de 2027	152.380
	215.010

As debêntures possuem cláusulas restritivas não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; (c) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou autofalência da Companhia, assim como apresentação, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (d) Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (e) Extinção definitiva ou transferência (total ou parcial) da Concessão ou encampação, caducidade, rescisão, anulação ou intervenção, pelo Poder Concedente, da Concessão; (f) Vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia com terceiros, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000 (dez milhões de reais); (g) Invalidez, nulidade, inexequibilidade, rescisão ou ineficácia total desta Escritura de Emissão e/ou contratos de garantia; (h) Protesto de títulos de responsabilidade da Companhia, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 14.000 (catorze milhões de reais), cuja devida comprovação não for apresentada ao agente fiduciário; (i) Não observância, pela Companhia, por mais de 2 (duas) vezes consecutivas

e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) vezes, a ser apurado pela Companhia anualmente. Abaixo está demonstrado o cálculo do ICSD.

	2022	2021
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	1.57	1.57
(A) Geração de caixa da atividade	62.093	62.093
(B) Serviço da dívida	39.594	39.594
(A) Geração de caixa da atividade	62.093	62.093
(+) LAJIDA (EBITDA)	65.231	65.231
(-) Pagamento de imposto de renda	(1.775)	(1.775)
(-) Pagamento de contribuição social	(1.363)	(1.363)
(B) Serviço da dívida	39.594	39.594
(+) Amortização de principal	13.696	13.696
(+) Pagamento de juros	25.898	25.898
EBITIDA	65.231	65.231
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	39.653	39.653
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	22.288	22.288
(+) PIS e COFINS diferidos por conta da aplicação da ICPC 01	133	133
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(56.547)	(56.547)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(16.494)	(16.494)
(+) RAP no exercício	74.902	74.902
(+/-) Outros ajustes IFRS (a)	1.296	1.296

(a) Refere-se às adições do imobilizado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures.

	2022	2021
13 Impostos e contribuições a recolher		
Imposto de renda	1.236	-
Contribuição social	595	415
Outros	655	1.056
	2.486	1.471

	2022	2021
14 PIS e COFINS diferidos		
PIS	1.358	1.379
COFINS	6.258	6.352
	7.616	7.731

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia. A segregação entre circulante e não circulante está detalhada a seguir:

	2022	2021
Circulante	1.194	1.151
Não circulante	6.422	6.580
	7.616	7.731

	2022	2021
15 Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda	17.582	17.619
Contribuição social	6.323	6.343
	23.905	23.962

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Pronunciamento técnico CPC 47	23.905	23.962
- Receita de Contrato com Cliente	(23.905)	(23.962)
	0	0

16 Provisão e passivos contingentes: (a) Cível - A Companhia possui ação anulatória de ato administrativo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Companhia. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da aneel que inseriu novo reajuste do valor do TUST (tarifa de utilização do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das concessionárias corréis, na devolução da diferença do valor que lhes teria sido pago indevidamente. O valor em risco é de R\$ 139 em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 931 e R\$ 611, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **(b) Fundiário** - A Companhia ajuizou ação de constituição de servidão administrativa, com pedido liminar para imissão na posse, para passagem de linha de transmissão na propriedade dos réus. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 318 e R\$ 280, respectivamente, e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. **(c) Tributário** - A Companhia possui pedidos de compensações de débitos tributários que não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia entende que possui o direito de utilizar esses créditos e entrou com processos contra a RFB. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor em risco é de R\$ 4.770 e R\$ 5.323, respectivamente, e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **17 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Expansões. Em 31 de dezembro de 2022 todas as ações são detidas pela Celeo Expansões. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de julho de 2021, ocorreu a redução de capital social no montante de R\$ 56.281. O capital social foi reduzido de R\$ 76.281 para R\$ 20.000. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000, dividido em 20.000.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 15 de julho de 2022 foi aprovada a redução da reserva legal a qual passou a ter R\$ 4.000. O montante de R\$ 11.256 referente a redução foi repassado à acionista. A companhia não reconhece mais constituição de reserva legal pois o saldo atual representa 20% do capital social. **ii. Dividendo retido e dividendo adicional proposto** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o valor destinado como dividendo adicional proposto foi de R\$ 16.698 e R\$ 14.785, respectivamente. Conforme AGE realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 1.161 de dividendo retido. Conforme reunião do conselho de administração realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 19.302 de dividendo adicional proposto. Em 23 de julho de 2021 pagou o montante de R\$ 19.302 de dividendo adicional proposto para a sua acionista e em 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 1.161 de dividendo retido. Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 18 de abril de 2022 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 14.785 de dividendo adicional proposto. Esse pagamento foi realizado no dia 27 de maio de 2022. **iii. Retenção de lucros** - Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento no montante de R\$ 9.608 de dividendo. Em 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 9.608 de dividendo para a sua acionista. **iv. Reserva de lucros a realizar** - Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47. Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento no montante de R\$ 40.667 de dividendo. Em 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 40.667 de dividendo para a sua acionista. **(c) Dividendo mínimo obrigatório** - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro 2022 e 2021 a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 16.698 e R\$ 14.785, respectivamente. Conforme reunião do conselho de administração realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 19.302 de dividendos mínimos obrigatórios. Em 23 de julho de 2021 pagou o montante de R\$ 19.302 de dividendos mínimos obrigatórios para a sua acionista. Em 31 de dezembro 2021 a Companhia constituiu R\$ 14.785 de dividendos mínimos obrigatórios para a sua acionista. Em 27 de maio de 2022 pagou o montante de R\$ 14.785 de dividendos mínimos obrigatórios para a sua acionista. **18 Lucro básico e diluído por ação:** O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2022	2021
Lucro líquido do período	33.396	29.569
Média ponderada das ações emitidas	20.000	20.000
	1.67	1.48

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

	2022	2021
19 Receita operacional líquida		
Remuneração do ativo	56.547	44.527
Receita de operação e manutenção	16.494	15.905
Receita bruta	73.041	60.433
Pis e Cofins correntes	(2.745)	(2.280)
Pis e Cofins diferidos	133	99
Encargos setoriais	(2.842)	(2.339)
Deduções da receita	(5.454)	(4.520)
	67.587	55.912

	2022	2021
20 Serviços de terceiros: (a) Custos operacionais		
Serviço de operação e manutenção	(i) (618)	(3.475)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii) (1.608)	(783)
Contrato de compartilhamento de instalação	(642)	(260)
Diversos	(296)	(160)
	(3.164)	(4.679)

(i) Refere-se ao custo de prestação de serviços de operação e manutenção das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente** - Veja as Notas 7.2 e 11 das demonstrações financeiras - **Principais assuntos de auditoria** - Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação

	2022	2021
Remuneração do ativo	56.547	44.527
Receita de operação e manutenção	16.494	15.905
Receita bruta	73.041	60.433
Pis e Cofins correntes	(2.745)	(2.280)
Pis e Cofins diferidos	133	99
Encargos setoriais	(2.842)	(2.339)
Deduções da receita	(5.454)	(4.520)
	67.587	55.912

	2022	2021
Serviço de operação e manutenção	(i) (618)	(3.475)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii) (1.608)	(783)
Contrato de compartilhamento de instalação	(642)	(260)
Diversos	(296)	(160)
	(3.164)	(4.679)

(i) Refere-se ao custo de prestação de serviços de operação e manutenção das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente** - Veja as Notas 7.2 e 11 das demonstrações financeiras - **Principais assuntos de auditoria** - Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação

	2022	2021
Remuneração do ativo	56.547	44.527
Receita de operação e manutenção	16.494	15.905
Receita bruta	73.041	60.433
Pis e Cofins correntes	(2.745)	(2.280)
Pis e Cofins diferidos	133	99
Encargos setoriais	(2.842)	(2.339)
Deduções da receita	(5.454)	(4.520)
	67.587	55.912

	2022	2021
Serviço de operação e manutenção	(i) (618)	(3.475)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii) (1.608)	(783)
Contrato de compartilhamento de instalação	(642)	(260)
Diversos	(296)	(160)
	(3.164)	(4.679)

(i) Refere-se ao custo de prestação de serviços de operação e manutenção das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente** - Veja as Notas 7.2 e 11 das demonstrações financeiras - **Principais assuntos de auditoria** - Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em

Continuação...



CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 05.336.882/0001-84

tenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados. (iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado** - A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respec-

tivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023



KPMG Auditores Independentes
CPMG SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 01/03/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/01/CPTE1567963901032023.pdf>
Hash:1677615601a5afb3d171f543a987f1107f375809c3